



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º \_\_\_\_/2026.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.827.570-45, portador da R.G nº 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, por seus representantes legais, Sr \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_, e o Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, neste ato denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 058/2026, e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente é a **contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais, insumos e para controle e tratamento de água para o consumo humano, em diversos poços comunitários de Santo Antônio da Patrulha**, conforme solicitado pelo memorando nº 273/2026 – SEMAM de 16/03/2026 e termo de pedido de compra nº 2026/792 de 10/03/2026, e, de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência abaixo descritas:

Item	Qtd	Un	Especificação do Objeto	Valor unitário	Valor total
01	12	Mês	Controle e tratamento de água em poços comunitários	R\$	R\$
TOTAL: R\$					

1.1- São anexos a este instrumento e vinculam esta aquisição, independentemente de transcrição:

- 1.1.1- O Termo de Referência
- 1.1.2- O Edital de Licitação e seus anexos
- 1.1.3- Planilha
- 1.1.4- A Proposta do Contratado

#### 1.2.- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1- Contratação de empresa para a prestação de serviços no fornecimento de materiais, insumos e serviços inerentes ao desempenho de atividade relativa ao monitoramento e controle do tratamento de água para o consumo humano, de acordo com a legislação vigente, especialmente a Portaria do Ministério da Saúde n.º 888 de 04/05/2021, e Nota Técnica 02/2018 – VIGIÁGUA, compreendendo as seguintes atribuições: O monitoramento e controle do tratamento de água deverá ser realizado em 41 (quarenta e um) pontos, conforme o Anexo I deste Termo de Referência.

1.2.2- A quilometragem total a ser percorrida entre todos os pontos é de, aproximadamente 300km, partindo do centro do Município.



**1.2.3-** A Administração Municipal poderá fornecer um arquivo kmz contendo todos os pontos.

**1.2.4-** A empresa deverá garantir que os veículos utilizados para deslocamento até os pontos estejam equipados com sistema de rastreamento via GPS, permitindo à contratante o acompanhamento em tempo real dos trajetos realizados.

**1.2.5-** A empresa deverá apresentar, para cada visita realizada aos poços comunitários, um relatório técnico contendo fotografia do local no momento da coleta, geolocalização precisa (coordenadas GPS), data e hora da visita e identificação do profissional responsável pela atividade.

**1.2.6-** A empresa deverá fornecer insumos e equipamentos suficientes e adequados para o tratamento das águas em comodato, em quantidades suficientes para a garantia da desinfecção e tratamento da água de cada poço.

**1.2.7-** A empresa deverá responsabilizar-se pela manutenção e se necessário pela substituição dos equipamentos (em comodato).

**1.2.8-** A empresa deverá prestar assistência técnica e operacional com conserto e troca de peças (se necessário), bem como a realização de manutenção de todos os equipamentos cloradores instalados nos pontos indicados pelo município, sem quaisquer ônus para a contratante.

**1.2.9-** A empresa deverá responsabilizar-se por todos os produtos utilizados no tratamento, bem como fornecimento e responsabilização pelo veículo utilizado para transporte de produtos de pessoal até os locais onde se encontram os poços.

**1.2.10-** A empresa deverá atender aos pedidos de assistência efetuados pela fiscalização do Contrato, e sanar irregularidades como avarias no sistema de tratamento, contaminação, mau funcionamento do sistema, entre outros problemas, no período máximo de 48 horas a contar da solicitação.

**1.2.11-** Os insumos para cloração deverão atender os padrões de qualidade da água de acordo com a ANVISA.

**1.2.12-** A empresa deverá apresentar LARS (Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde) dos produtos químicos utilizados.

**1.2.13-** A empresa deverá fornecer o equipamento e o reagente e realizar treinamento à contratante, para que esta realize o controle diário de cloro.

**1.2.14-** A empresa deverá realizar o número mínimo de amostras e frequência mínima de

amostragem para Soluções Alternativas Coletivas, para os padrões físico, químico e microbiológico, sendo analisados os seguintes parâmetros: Coliformes Totais e Escherichia coli, PH, Cor, Turbidez e *in loco* Cloro Residual Livre.

**1.2.15-** A empresa deverá coletar *in loco* e com frequência mínima de amostragem de água mensal na saída do tratamento e em um ponto de consumo.

**1.2.16-** A empresa deverá apresentar até o 10º dia do mês subsequente os laudos análises realizadas por Laboratório Analítico.

**1.2.17-** A empresa deverá digitar as informações dos Laudos de todos os SACs no SISAGUA, para manutenção em dia dos dados do município.

**1.2.18-** A empresa deverá realizar o controle semestral da água bruta, conforme prevê os Artigos 12 e 13 da Resolução CONAMA 396/2008, dos seguintes parâmetros: Sólidos totais dissolvidos, Nitrato, Escherichia coli, Ph, Turbidez, cor verdadeira e Condutividade elétrica. Sendo que a Prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço.

**1.2.19-** A empresa deverá assegurar assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado pelo devido conselho de classe para o tratamento de água para o consumo humano com apresentação de AFT e/ou ART.

**1.2.20-** A empresa deverá realizar anualmente a limpeza e desinfecção em todos os reservatórios de água coletivos em todas as soluções alternativas onde é realizado o tratamento, conforme Portaria RS/SES n.º 1237/2014, com certificado ou laudo de limpeza.

### **1.3- LOCAIS:**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Identificação do Poço	Coordenadas Geográficas
1 Lomba Vermelha I (Pedro Paulo)	-29°50'39,8" -50°29'08,4"
2 Lomba Vermelha	-29°51'45,7" -50°29'28,9"
3 Boa Vista III	-29°51'18,7" -50°27'58,6"
4 Portão I (Gaspar)	-29°52'28,1" -50°28'24,6"
5 Portão I Casqueiro (João Gil)	-29°52'32,1" -50°28'00,3"
6 Portão II	-29°52'02,3" -50°27'01,5"
7 Lagoa (Ruth)	-29°52'10,5" -50°25'02,8"
8 Agasa (salão)	-29°52'24,8" -50°23'41,1"
9 Lagoa (EMEI Ilha Encantada)	-29°48'51,7" -50°40'57,9"
10 Agasa (Valdir)	-29°52'27,1" -50°23'28,2"
11 Montenegro (José de Anchieta)	-29°51'25,0" -50°25'40,1"
12 Montenegro	-29°51'20,5" -50°25'39,5"
13 Içara Montenegro	-29°50'13,4" -50°25'26,6"
14 Ribeirão	-29°50'38,4" -50°26'20,1"
15 Ribeirão de Baixo ponto 1	-29°49'28,5" -50°26'20,9"
16 Ribeirão de Baixo ponto 2	-29°49'29,7" -50°25'43,5"
17 Arroio do Carvalho	-29°48'09,5" -50°28'18,3"
18 Cancela Preta	-29°49'30,6" -50°29'01,7"
19 Palmeira do Sertão	-29°50'01,9" -50°28'43,8"
20 Barro Vermelho	-29°50'08,0" -50°33'22,2"
21 Arroio da Madeira (Batista)	-29°48'45,5" -50°34'33,9"
22 Vila Palmeira	-29°49'11,6" -50°35'48,5"
23 Catanduvinha	-29°48'41,7" -50°37'58,5"
24 Miraguaia	-29°50'03,9" -50°35'54,6"
25 Costa da Miraguaia (EMEI Costinha)	-29°48'51,7" -50°40'57,9"
26 Imbiruçu (Doze de Outubro)	-29°47'11,9" -50°43'40,6"
27 Roça Grande	-29°47'05,1" -50°38'06,1"
28 Morro Agudo	-29°46'47,5" -50°36'51,5"
29 Serraria (José Inácio Machado Ramos)	-29°46'22,9" -50°35'41,7"
30 Serraria Velha	-29°46'21,7" -50°35'41,0"
31 Pinheirinhos (Vila Esperança)	-29°41'37,4" -50°39'01,0"
32 Pinheirinhos (Fazenda Fleck)	-29°42'38,4" -50°36'16,9"
33 Monjolo	-29°45'56,2" -50°31'12,3"
34 Cantagalo	-29°43'20,0" -50°29'54,5"
35 Evaristo (Bem-Me-Quer)	-29°44'33,5" -50°27'07,3"
36 Evaristo (Juares)	-29°44'36,6" -50°27'15,6"
37 Evaristo (Lorival)	-29°43'01,2" -50°26'18,4"
38 Morro Grande (Lazer Boeira)	-29°55'06,4" -50°30'01,3"
39 Morro Grande	-29°56'05,5" -50°31'07,1"
40 Barrocadas	-29°58'50,9" -50°34'25,0"
41 Chicolomã (EMEF Érico Veríssimo)	-29°58'04,0" -50°36'02,4"

### 1.4- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

1.4.1- Caso os serviços executados ou os produtos técnicos apresentados (relatórios, boletins, registros, entre outros) não atendam às especificações exigidas, o fiscal do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

contrato não realizará o aceite e lavrará termocircunstanciado, encaminhando-o à autoridade competente para as providências cabíveis.

**1.4.2-** Na hipótese de não aceitação, a CONTRATADA deverá proceder às correções, complementações ou refazimento dos serviços, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

**1.4.3-** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, exatidão e segurança dos serviços prestados, permanecendo obrigada a sanar, a qualquer tempo, eventuais vícios, falhas ou incorreções identificadas, sem ônus para a Administração.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA**

A aquisição do serviço de controle e tratamento de água para consumo humano em poços comunitários de Santo Antônio da Patrulha se faz necessária em razão da importância de garantir o abastecimento de água potável de forma segura, contínua e conforme as normas sanitárias vigentes. Os poços comunitários representam fonte essencial para diversas localidades, e a manutenção da qualidade da água é fundamental para a proteção da saúde pública.

A contratação de empresa especializada permite que todas as etapas do serviço como o fornecimento de insumos, tratamento da água e monitoramento periódico sejam realizadas por profissionais capacitados, garantindo eficiência operacional, padronização dos procedimentos e responsabilidade técnica exclusiva. Essa solução evita sobrecarga da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, que não dispõe atualmente de equipe ampla e especializada para atender integralmente a demanda, e minimiza riscos de falhas ou interrupções no abastecimento.

Além disso, a contratação da empresa especializada proporciona continuidade e regularidade no serviço, bem como o cumprimento integral das normas de segurança e qualidade exigidas, assegurando que a população receba água potável em conformidade com os padrões legais e de saúde pública. Portanto, a aquisição do objeto é plenamente justificada pelo caráter técnico, operacional e de proteção à saúde da população.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**3.1-** O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério das partes, nos termos da Lei.

**3.1.1- A vigência do contrato surtirá efeitos a contar da última assinatura entre as partes.**

**3.2-** A fiscalização do respectivo contrato será realizada pelos servidores designados pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM nomeados através de Portaria, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

**3.3-** A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

O valor contratual é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.1-** O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal, conforme vistorias realizadas pelos fiscais do contrato, atestando a plena execução dos serviços, e, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado o que foi entregue e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, os dados bancários da empresa.

**4.1.1- Junto de cada nota fiscal, a contratada deverá apresentar as certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal e trabalhista, certidão de regularidade do FGTS, certidão de débitos trabalhistas, e certidão judicial cível negativa.**

**4.2-** O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

**4.3-** O pagamento somente será realizado após liberação realizada pela fiscal do contrato.

**4.4-** Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**4.5-** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**4.6-** A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra o fato gerador destes outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/2022.

**4.7-** A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a contratada apresente junto com a nota fiscal a Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91, prova de regularidade junto ao FGTS do mês de cobrança com comprovante de quitação. A contratante também fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da contratada.

**4.8-** A contratada deverá ser emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

**Dotação: 2026/1279- Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**  
**Programa de Trabalho: 08.02.17.511.0026.2137 - Manut. E Const. De Redes e**  
**Promoção do Abast. E Trat. De Água**  
**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE**  
**TERCEIROS-PESSOA JURIDICA**  
**Rubrica Item: 1708 - Transferência União Ref Compensação Financ Recurso**  
**Minerais**  
**Fonte de Recurso: 3.3.90.39.51.00.00.00 - SERVICOS DE ANALISES E**  
**PESQUISAS CIENTIFICAS**

**Dotação: 2027- Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

### **CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**6.1-** O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

**6.2-** Fiscalizar a entrega do material e o cumprimento do contrato, os quais serão realizados por servidor designado em portaria.

**6.3-** Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1-** Executar o objeto contratado conforme especificações deste instrumento e do edital, **ANEXO I – Termo de Referência** e em consonância com a proposta de preço apresentada;

**7.2-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.3-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias.



**7.4-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

**7.5-** Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.

**7.6-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

**7.7-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**7.8-** Obedecer à cronologia da execução dos serviços, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.

**7.9-** Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

**7.10-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

**7.11-** Obrigação de cumprimento de Cota de Aprendizado Profissional, conforme art. 429 e seguintes da CLT.

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

**d) Multa:**

d.1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “d”

d.2) moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3) O atraso superior a 02 meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art 137 da Lei n.º 14.133/2021.

d.4) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, previstas nas alíneas “c”, “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.5) As penalidades de multa serão atualizadas pelo índice do IPCA-IBGE.**



**8.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021);

**8.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021):**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei.

**8.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**8.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**8.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**8.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA NONA- DA EXTINÇÃO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**

## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 034/2026**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Aplica-se ao presente contrato a Lei Complementar 123/06, o Decreto Municipal nº 333/2022 e, subsidiariamente, a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA** - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**- O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Em razão da inexistência de exigência legal, fica dispensada a assinatura das testemunhas e do fiscal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Patrulha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**RODRIGO GOMES MASSULO**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**